

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE PEDADOGIA

CHARLENE DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

**O REFLEXO DO PRECONCEITO RACIAL NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ –
MARANHÃO**

IMPERATRIZ

2022

CHARLENE DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

**O REFLEXO DO PRECONCEITO RACIAL NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ –
MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do
Maranhão como requisito para obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia.

IMPERATRIZ

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

GOMES DA SILVA, CHARLENE DE FÁTIMA.

O REFLEXO DO PRECONCEITO RACIAL NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ MARANHÃO / CHARLENE DE FÁTIMA GOMES DA SILVA.

- 2022.

59 f.

Orientador(a): HERLI DE SOUSA CARVALHO.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, IMPERATRIZ, 2022.

1. DIVERSIDADE CULTURAL. 2. ENSINO FUNDAMENTAL. 3. PERCEPÇÃO. 4. RACISMO. I. DE SOUSA CARVALHO, HERLI. II. Título.

CHARLENE DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

O REFLEXO DO PRECONCEITO RACIAL NA PERCEPÇÃO DE ALUNOS E ALUNAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM IMPERATRIZ - MARANHÃO

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Herli de Sousa Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Francisca Melo Agapito (1ª Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Ma. Raquel de Moraes Azevedo (2ª Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão

Tudo que “nóis” tem é “nóis”!

Emicida

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar e imensamente a Deus pelo dom da vida e por me conceder a oportunidade de fechar este ciclo tão significativo da minha vida: minha formação acadêmica.

À minha família que é a base do meu caminhar nesta vida tão cheia de idas, vindas, alegrias, tristezas, momentos de desânimo e momentos de coragem. Obrigada por estar sempre ao meu lado e por ser desde sempre fonte de amor e dedicação para a realização dos meus sonhos. Minha mãe, Maria do Socorro Silva, meu pai, Antônio Gomes da Silva, minhas irmãs Naylene Gomes da Silva, Lenayr Gomes da Silva, Elian Gomes da Silva e Lindaian Maria Gomes da Silva; meus irmãos Lindoan Messias Gomes da Silva e Allain Dellon Gomes da Silva (em memória) que mesmo não estando presente fisicamente, sempre estará comigo. Minha avó, Maria Conceição Silva, e minha tia, Maria Silva (em memória) agradeço por todo o amor e por todos os ensinamentos de vida que de vocês recebi.

Ao meu namorado, Francisco Santos, pelo carinho, cuidado, pela solicitude e ajudas sempre que precisei e preciso. Sem você esse trabalho não teria o mesmo resultado. Você é um cuidado especial de Deus em minha vida.

Às minhas amigas e todos os meus amigos, especialmente à minha amiga/irmã Letícia Silva Cunha, por toda a ajuda e paciência que dedicaram a mim. Vocês são luzes no meu caminho.

E por fim, minha eterna gratidão aos professores/as que passaram pela minha vida. Especialmente à professora Raquel de Moraes Azevedo, que com seu jeito carinhoso e perspicaz notou minhas dores e me orientou a buscar ajuda, além de sempre me estimular a finalizar este ciclo da minha vida. As marcas que vocês, professores/as, me deixaram certamente farão parte da minha formação enquanto pessoa e enquanto profissional docente, caso eu exerça esta profissão. Um agradecimento especialmente carinhoso à minha orientadora, professora doutora Herli de Sousa Carvalho, mulher forte, mas sensível, inteligente e humilde, de olhar cativante e franco, enfim, um universo lindo numa só pessoa. Obrigada, professora, por não me deixar desistir, por demonstrar tanta confiança em mim, e, sobretudo, por me ajudar com tanta solicitude e esmero a concluir esta etapa da minha vida.

RESUMO

O racismo é a ideologia que impetra que existe uma soberania de um grupo de pessoas sobre outro. E desta ideologia estabelece-se o preconceito, que pode ser definido com uma pré concepção repulsiva às pessoas caracterizadas como inferiores pelo grupo dominador, ou seja, pessoas estereotipadas. Diante deste estereótipo, “traços definidores” das qualidades das pessoas, os sujeitos estereotipados são impedidos de apresentar-se por suas reais características, visto que foram antecipadamente sentenciados como indignos, ou seja, sofrem discriminação gerada pelo estereótipo a eles imputado. A discriminação racial por sua vez, é um termo utilizado para apresentar a negatividade de um grupo particular em relação a outro para o qual se atribuem características inferiorizantes baseadas na aparência originada de sua etnia. Partindo, portanto, desta exposição conceitual, este trabalho investiga como se dá o reflexo do preconceito racial na percepção dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Paulo Freire, em Imperatriz, Maranhão. Inicialmente, fazemos uma breve abordagem sobre o racismo numa perspectiva histórica, versando desde o século XV no Continente Africano e na América, passando pela captura de pessoas a fim de escravizá-las e a chegada dos navios negreiros nos portos brasileiros e concluindo com uma alusão sobre a atual situação da pessoa negra no Brasil diante das profundas sequelas do racismo estrutural. Em continuidade, o texto reflete como a problemática da discriminação racial percorre o cotidiano escolar, dando destaque às práticas e discussões a respeito do racismo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), bem como na Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ressaltando a função primordial docente como agente de transformação dessa realidade nos respectivos sistemas de educação. Finalizando, refletimos sobre a articulação de medidas pedagógicas que possibilitem maior conhecimento sobre o racismo, buscando aguçar a curiosidade sobre a diversidade cultural, exaltando os valores, as crenças e costumes das mais diversas etnias para que se torne possível um novo olhar, de fato, para a superação do preconceito e estigmatização, sobretudo do povo negro, e, acerca do respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: Racismo. Diversidade Cultural. Percepção. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

Racism is the ideology that insists that there is a power from one group of people over another one. And from this ideology the prejudice, is established which can be defined as repulsive preconception to the people characterized as inferior by the dominating group, the stereotyped people. Facing this stereotypes, “defining traits” of the qualities of the people, the people that are estereotyped are not able to show their real characteristics, whereas they were previously sentenced as unworthy, in other words, they suffer discrimination by the esteriotype attributed to them. The racial discrimination on the other hand, is a word used to present negativity of a group in particular regarding to another which give inferior characteristics based on the appearance originated on their ethnicity. Based on this conceptual exposition, this work aims to investigate how the racial prejudice is reflected in the perception of the students in the 9th grade from elementary school at Escola Paulo Freire in Imperatriz, at Maranhão state. To start is made a brief approach about racism based on historical perspective, beginning from the 15th century on the African continent and in America, going through the capture of people in order to make them slaves and the arrival of slaves ships in Brazilian ports and to conclude making an allusion to the current situation of black people in Brazil face to the deep consequences of the structural racism present in it. Continuing the text brings a reflection about how the problem of racial discrimination makes part of the routine of the school, highlighting practices and discussions about the Racism based on the Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’S) and also at Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB) emphasizing the importance of the teacher role as an agent of this reality transformation in the perspective system of education. And to finish is made a reflection about the importance of articulating pedagogical interventions that allow a major knowledge about the issue caused by the racism, seeking to sharp the curiosity of the students about cultural diversity, exalting values, beliefs and traditions from the most different ethnicities, so they can be Respect, bringing a new look about the human rights generating the overcome on the prejudice and stigmatization specially of Black people.

Key Words : Racism, Education, School

LISTA DE SIGLAS

CFB - Constituição Federativa do Brasil

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NPGE - Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
RELENDO MEU CAMINHAR NA HISTÓRIA E REVIVENDO	
1 MEMÓRIAS.....	13
CONCEITUANDO DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E	
2 PRECONCEITO.....	27
3 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA.....	35
METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS	
4 DADOS.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES.....	54

INTRODUÇÃO

O interesse em refletir sobre como as relações do preconceito racial e os reflexos da discriminação racial na escola se deu a partir da releitura do meu próprio caminhar. Ao reviver minhas memórias me flagrei imbuída de um sentimento que sempre me intrigou e me fez pensar sobre porque a sociedade discrimina o negro? Como esse preconceito e discriminação racial se dá na escola? Como superar esse mal? Ou como questiona Djamilia *Ribeiro* (2019) “o que você está fazendo ativamente para combater o racismo?” Esses questionamentos, por sua vez, começam a ser respondidos à medida que se entende o conceito de racismo, este que é um fenômeno inadmissível. Um mal que tem feito da esfera social um espaço extremamente injusto e covarde para milhões de pessoas no Brasil e no mundo.

Apesar de haver uma tendência negacionista na sociedade sobre os mais de trezentos anos de escravidão no Brasil, segundo Sílvia de Almeida (2019) o racismo é inegavelmente estrutural, ou seja, faz parte da organização social, econômica e política da sociedade de tal forma que é impossível de escapar dele, entretanto é possível de se contornar os malefícios desta condição.

Negar essa realidade tão cruel não só desmerece a dor e o sofrimento de milhares de pessoas como também criminaliza a pobreza, como se todos fossem tratados realmente “iguais”, mito da democracia racial, e o resultado positivo só dependesse dos seus próprios esforços, mito da meritocracia.

Sendo assim é imperativo a existência de iniciativas para promover o combate ao racismo e discriminação racial. Desta forma, citamos a escola que sempre foi um ambiente propício para a quebra de paradigmas e um espaço poderoso para combater de maneira efetiva toda expressão discriminatória, racista ou pejorativa contra as minorias.

Podemos citar os Temas Transversais descritos nos PCN’s que trabalham com a valorização das mais diversas culturas, e para além do conceito de apenas apresentar conteúdos, os PCN’s buscam organizar de forma sistemática a formação de valores buscando assim a mudança de padrões de conduta. Pensando assim entendemos que a sala de aula é um espaço privilegiado para se aprender respeito, e a “terra fértil” que se apresenta na escola durante o período de educação formal é campo perfeito para aceitação.

O livro didático é um dos materiais importantes e mais utilizados na escola, principalmente nas escolas públicas. Por isso se faz necessário que o profissional da educação saiba como utilizar esse recurso de maneira a inspirar a perceber a existência ou não da diversidade que existe na sociedade.

Uma das iniciativas nesse sentido é a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Ela traz luz à escola como espaço privilegiado para a discussão da cultura afro-brasileira, que por muitos séculos suprimida e por vezes até mesmo esquecida no contexto escolar. Através da Lei 10.639 é trabalhada a cultura negra de diversas maneiras, no sentido de inserir no contexto histórico a pessoa negra com agente atuante, participante e protagonista da sua própria história.

Neste sentido, a escola tem uma função fundamental na mudança comportamental do indivíduo, sobre isso Cruz (2011, p. 45) afirma:

O espaço institucional escolar não se define por uma neutralidade cultural, como durante muito tempo se afirmou nos discursos sobre educação. Inegavelmente, a escola tem a função de realizar recortes no seio da cultura e transformá-los em saberes, objeto da instrução. Essa seleção está subordinada a finalidades que, a cada época, são definidas socialmente, estando diretamente relacionadas com o que se considera mais importante para a educação das novas gerações.

Para a autora a escola se configura como um espaço extremamente favorável para ações que possibilitem a propagação de conhecimento e este por sua vez desperte respeito à diversidade cultural existente.

Ademais a sociedade como conhecemos atualmente é resultado da presença maciça de indivíduos de outros continentes. Podemos afirmar que a formação da sociedade brasileira se deu mais de fora para dentro do que de dentro para fora. Sabidamente, a população indígena já existia nas terras do Brasil quando os portugueses chegaram neste país; já possuíam costumes, credos e cultura próprias, e foram obrigados a se submeter à cultura dos europeus.

Desde movimento de ocupação feito pelos europeus podemos destacar pelo menos dois resultados significativamente negativos: a tentativa de dizimação por parte dos europeus da cultura aqui existente e a escravização destes indígenas, e de mais de 4 milhões de pessoas que chegaram vítimas de sequestro, sendo exploradas e escravizadas, tendo sua história anulada. Diante deste cenário, o Brasil se tornou um país único no que diz respeito à miscigenação, principalmente no aspecto negativo do termo. O racismo instaurou-se estruturalmente no país e gera severas sequelas.

Um dos desafios docente ao entrar na sala de aula é saber lidar com os diversos problemas oriundos da diferença de cultura, valores e crenças existentes. Mas isso está longe de ser algo negativo, muito pelo contrário desafios é que fazem rico o ambiente escolar. Apesar de que muitas pessoas não saberem lidar com as diversidades de colegas de sala, de modo que docentes devem articular saberes e rotinas afim de melhorar a convivência e a aceitação. O diálogo é indispensável para a dissolução de ações racistas na escola. Deixar de falar sobre diversidade como se essa ação anulasse ou amenizasse os possíveis conflitos, resulta justamente no efeito contrário fazendo da escola uma instituição perpetuadora da propagação do racismo. Sobre este aspecto Freire, (1987, p. 79) afirma que “não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também diálogo.” É através do diálogo que nasce o conhecimento e este aflora respeito; é dialogando honestamente que se reflete mais profundamente sobre assuntos realmente importantes e se caminha na direção de superar os preconceitos.

Todas as formas de preconceitos são destrutivas, porém uma das faces mais cruéis da discriminação é o chamado preconceito velado. Ele se apresenta de forma mascarada, travestida muitas vezes de “boas intenções”, meias palavras e até mesmo de pensamentos e atitudes fantasiosas ou utópicas, mas que na verdade o único objetivo é colocar a pessoa alvo numa situação de inferioridade, deixando de lado quem realmente é.

Esta é uma característica que pode se fazer presente no ambiente escolar, muitas vezes de maneira orgânica e não intencional, mas que causa danos imensuráveis aos discriminados e à sociedade em geral. Sobre isso podemos concordar com Caroline Jongó (2017, p. 9) ao considerar que “o silêncio não era fruto da ausência do racismo, mas era exatamente seu contrário – representa a força de um racismo velado, que calava as vozes dos discriminados e também as vozes da ciência”. Fica claro que o não falar sobre o racismo não demonstra a sua inexistência, ao contrário, reforça seus resultados de excluir o racializado e, portanto, a escola não pode reproduzir ou trabalhar para perpetuar esse tipo de comportamento tão nocivo ao ser humano.

1 RELENDO MEU CAMINHAR NA HISTÓRIA E REVIVENDO MEMÓRIAS

Início minha narrativa sobre meu caminhar até onde estou agora ousando fazer uma confissão. Devo admitir que, ao ser incentivada por minha orientadora, a encantadora e forte professora Dra. Herli de Sousa Carvalho, para escrever minha história de vida, eu senti um misto de sensações que por muito tempo me travaram e me impediram de começar esta jornada. Diante deste novo trabalho me percebi confusa por não entender exatamente o motivo de tanto desarranjo sentimental. Por vezes tive receio de não me recordar do que se fizesse necessário e em outras vezes queria não conseguir lembrar.

Contudo, realizei o que todo caminhar necessita para existir: dei o primeiro passo. Li as obras que me foram sugeridas e comecei a produzir a minha primeira experiência substancial de escrita da minha vida.

Para tanto busquei direcionamentos que me concederam estímulos e nortearam meu discorrer, como no discurso de Carvalho (2016, p. 37) quando relata que “explicitamente, invoco minhas memórias para que se aflorem em um tempo relativo de escrita, trazendo elementos que marcaram minha vida no passado histórico, para uma reflexividade de onde estou e para aonde vou na minha empreitada de pessoa”. Abraçando a fala de Carvalho, compreendo que neste trabalho de escrever sobre minha história, tenho a oportunidade de ponderar sobre meu caminhar melhorando, portanto, minha compreensão de quem sou e de quem quero ser ou continuar sendo.

Neste sentido, direcionar meus pensamentos para momentos passados os quais eu não buscava intencionalmente aguçou em mim indagações, compreensões, aceitações e inquietações necessária para minha compreensão de mim mesma, das minhas forças e das minhas fragilidades.

Reviver minha história para escrevê-la despertou certa compreensão sobre os elementos que compõem quem eu sou e sobre os quais ainda não havia feito nenhum tipo de reflexão. Todavia essa reflexão gerou em mim a possibilidade de reconhecer ou ao menos perceber os constituintes que formaram minha identidade até aqui.

Depois de escrever, ler, reler e reescrever minha história de vida posso categoricamente cancelar as palavras de Freire (2020, p. 19) quando afirma:

Os “olhos” com que “revejo” já não são os “olhos” com que “vi”. Ninguém fala

do que passou a não ser na e da perspectiva do que passa. O que não me parece válido é pretender que o que passou de certa maneira devesse ter passado como possivelmente, nas condições diferentes de hoje, passaria. Afinal o passado se compreende, não se muda.

Aprendendo e, sobretudo, concordando com Freire posso afirmar que é necessário um exercício de aceitação do que passou da maneira que passou sem culpas ou cobranças sobre aquilo que já é passado. Vale, no entanto, o aprendizado que nos é possibilitado quando revemos o que já vivemos.

A oportunidade de revisar minha história a partir do lugar onde estou agora foi extremamente proveitosa, apesar de saber que muito ainda tenho que refletir dos fatos e acontecimentos do meu passado para entender meu presente e anseios de futuro.

Meu nome é Charlene de Fátima Gomes da Silva, moro atualmente em Imperatriz, Maranhão, e vou abordar neste memorial, dentro das limitações das minhas lembranças, a minha trajetória de vida ressaltando a caminhada escolar desde a infância até a fase atual.

Começo apresentando minha família. Meus pais Maria do Socorro Silva e Antonio Gomes da Silva constituíram uma família de sete filhos: cinco mulheres e dois homens, e eu sou a primogênita. Desde sempre meus pais se dedicaram a nos apresentar a vida de uma maneira sólida e real, apontando as dificuldades do dia a dia das famílias de baixa renda, mas também a força do amor e da união familiar. Foi no seio da minha família que descobri o sentido do amor, a alegria e a necessidade do pertencer e não menos importante, o valor da educação na vida da pessoa.

Antes de morar em Imperatriz, morei até meus 9 anos de idade em uma pequena cidade do Pará chamada Ourilândia do Norte. Esta é, nas minhas lembranças, a melhor época da minha vida. Tive uma infância muito feliz, com muitas brincadeiras e muito tranquila. Nós morávamos numa casa muito simples, afastada do centro da cidade, em ambiente amplo, arborizado, livre de trânsito de veículos automotivos; nossas brincadeiras eram ao ar livre, fabricávamos parte dos nossos brinquedos e não tínhamos acesso a quase nenhuma tecnologia. Brincávamos somente nós, irmãos, porque nossos pais não permitiam que fôssemos para a casa dos vizinhos e nossos vizinhos também não permitiam que suas crianças viessem para nossa casa; não porque existisse algum tipo de discórdia ou algo neste sentido entre eles, mas por forma de educação familiar mesmo. Segundo os adultos, quem tinha que cuidar dos filhos eram os pais.

O quintal da nossa casa era nossa principal área de brincadeiras. Passávamos o dia brincando de pique esconde, pega-pega, pião, bola de gude e diversas outras brincadeiras. Na época meus pais criavam galinhas e para elas dormirem e descansarem construíram um ambiente que nós, crianças, “batizamos” de “casinha das galinhas”. Era um salão de telhado baixo no qual subíamos com grande frequência para ficarmos deitados admirando o céu e muitas vezes cantando as músicas que ouvíamos em casa e que com facilidade aprendíamos.

Necessito relatar neste momento o sentimento que me abraçou ao passear por essas lembranças. Ao finalizar a escrita me percebi com os olhos marejados e com um sorriso largo e involuntário pela feliz saudade que senti.

Hoje, sobretudo durante esta etapa de criação textual percebo o quão saudável esta fase foi para meu desenvolvimento pessoal. Brincando a criança aprende de maneira mais orgânica, pois a brincadeira estimula o prazer no aprender, bem como aponta Marilena Chaui (2000, p. 112) em “quando uma criança brinca, joga e finge, está criando um outro mundo, mais rico e mais belo, mais cheio de possibilidades e invenções do que o mundo onde, de fato, vive”. De fato, como afirma Chaui, o brincar amplia a criatividade da criança e a possibilidade dela experienciar prazerosamente os aprendizados específicos desta fase da vida. Ademais, o desenvolvimento infantil é extremamente estimulado pelo brincar, momento em que ela cria, recria, descobre, se relaciona com o meio e adquire experiências significativas para seu desenvolvimento cognitivo, motor e pessoal.

Retomando minha trajetória e abordando minha caminhada escolar, esta começou relativamente tarde quando completei sete anos de idade. Neste período meus pais me matricularam numa escola de iniciativa privada, da qual eu não tenho muitas lembranças, porém todas que tenho são muito ruins. Lembro-me de que eu não gostava de nada na escola, principalmente da professora, cujo nome não recordo. Era uma equipe muito rígida, beirando a crueldade. Posso citar como exemplo disso o fato de nós, crianças na época, não podermos ir ao banheiro antes do intervalo, por exemplo; e me lembro de eu sofrer muito, porque mesmo com muita necessidade de ir ao banheiro eu não podia pedir para sair, pois a criança que insistisse para sair ficaria “de castigo”. Essa punição era ficar em pé na frente de todos ao lado do quadro verde até a hora que a professora decidisse que se poderia voltar ao lugar.

Atualmente essa recordação me traz uma certa preocupação ao pensar que existem ainda muitas instituições educacionais infantis com esse tipo de cenário. Essa

situação se sustentou até o meio do ano letivo quando se iniciaram as férias escolares. Neste período meus pais conversaram comigo de maneira mais pontual, visto que eu consegui falar com menos medo, porque a professora não ficaria sabendo, já que eu não estava indo para a escola. A insistência dos meus pais em sondar o porquê de eu estar triste ao ir para escola se deu pelo fato de que sempre quis estudar e a ideia de ir à escola sempre me deixou muito empolgada, mas esta empolgação não persistiu.

As primeiras letras aprendi ainda em casa, portanto, na escola eu já sabia um pouco mais que as outras crianças, mas, essa minha alegria de ficar na escola foi acabando até chegar a zero. Minha mãe conta que eu chorava todos os dias pedindo para estudar em casa mesmo com ela, mas que eu não contava o motivo. Já nas férias, meus pais usaram o argumento que eu não iria mais para aquela escola se contasse o que estava acontecendo. Lembro-me com nitidez desse momento: eu comecei contando que não podia ir ao banheiro e que além disso, quase todos os dias ficava de castigo, ou porque pedia para ir ao banheiro, ou porque terminava a “tarefinha” muito ligeiro e a professora não gostava, apagava tudo o que eu tinha feito e me mandava fazer de novo, e quando não fazia ela me punha de castigo. Meus pais ficaram muito chateados, minha mãe chorou e me abraçou dizendo que não iria mais voltar para aquela escola. Eu fiquei feliz demais. E, como prometido por meus pais, este ano não voltei para escola, mas fiquei “estudando” em casa.

Neste aspecto, compreendo o quão importante é a função educadora da família, cada vez mais difícil de acontecer. Ter acompanhamento e estímulo dos meus pais foi essencial para minha caminhada na educação, bem como, para minha formação enquanto pessoa. Eles sempre deixaram claro o quanto a educação é importante e mesmo com acanhada condição financeira, sempre priorizaram nossos estudos. Lembro, com carinho, do meu pai repetindo em diversas ocasiões que “o estudo é a única coisa que ninguém pode tirar de vocês, meus filhos. É isso que vai garantir o futuro de vocês”.

Bem como é possível perceber na análise desse período da minha vida, que a função educadora da escola também tem muito poder sobre o rumo da caminhada escolar do aluno, levando-o tanto a afeiçoar-se a estudar como também causando neste aluno total aversão à permanência na escola. A conduta da escola e a postura familiar, em conjunto, são essenciais para definir a trajetória da criança nos seus estudos.

Então, continuando minha iniciação escolar, no ano seguinte eu voltei a

estudar, porém em outra escola, a Escola Machado de Assis, e lá fiquei numa sala de aula na qual havia um professor e não uma professora como era de costume. O professor se chamava José e era um senhor de fala mansa, tranquila, sorriso fácil, cabelos brancos, vestimentas sempre em tons claros, muito acolhedor. Minha mãe me diz que eu falei para ela, quando voltei do primeiro dia de aula, que meu professor parecia um anjo. Este comentário deveu-se provavelmente tanto pela postura dócil do professor, com também pelo estereótipo criado pela sociedade para personificação de anjos.

Fica muito evidente, portanto, o quão importante é a atuação do professor para o desenvolvimento cognitivo e pessoal do aluno, como bem declara Freire (1996, p. 73):

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca.

Freire assevera que as ações do professor não passam sem deixar sinal em seus alunos. Logo, é compreensível as oscilações de motivação que tive neste primeiro período escolar. Nesta escola, entretanto, fui muito feliz. Fiz amizade com meus coleguinhas; não tinha vergonha de pedir nada para o professor; lá não havia punições severas; o professor José me colocava para ajudar as outras crianças junto com ele quando eu conseguia terminar minha atividade antes das demais crianças. Hoje em dia compreendo que nasceu aí minha inclinação para a docência. Terminei então, nessa escola a primeira série do Ensino Fundamental. De modo que no ano seguinte à minha primeira série na Escola Machado de Assis, foi de grandes mudanças para nossa família.

Tivemos que voltar para Imperatriz estado do Maranhão devido a crise financeira pela qual meus pais estavam passando. Na época tínhamos uma “mercearia”, que seria como minimercado, e sofreram um golpe financeiro muito grande, do qual não conseguiram se reerguer. Uma pessoa roubou uma folha de cheque do meu pai, falsificou sua assinatura e sacou uma quantia muito grande de dinheiro. Era este dinheiro que meus pais estavam guardando para pagamento dos fornecedores e do aluguel do local onde era a mercearia. Depois deste terrível incidente, os meus pais não conseguiram manter o comércio, visto que as vendas estavam muito fracas devido a diminuição dos garimpos que havia sido o “surto”

daquela época no Pará. Além disso, a dona do local da mercearia pediu desocupação da propriedade, visto que sua filha estava voltando para cidade e precisaria deste lugar para morar.

Devido a tudo isso, no ano seguinte à minha primeira série na Escola Machado de Assis, tivemos que voltar para Imperatriz, onde moravam os familiares dos meus pais, e foi uma fase extremamente complicada para nossa família porque meus pais desempregados, com pouquíssimo dinheiro, com cinco filhos e minha mãe grávida da sexta filha tivemos que morar de aluguel num bairro chamado Vila Lobão. Nossa casa era “colada” à casa dos familiares do meu pai; aquele tipo de residência em que uma única parede servia às duas casas, o que se tornou um problema porque não tínhamos muita afinidade com os familiares do meu pai.

Entre nossa família e a família do meu pai haviam muitas diferenças e isso tornava o convívio muito delicado e surgiu, nesse período, uma crise à mais na família além da crise financeira pela qual passávamos. Esta crise familiar só foi amenizada quando, depois de muito sofrimento e muitas necessidades conseguirmos mudar de endereço, o que só aconteceu dois anos depois de termos chegado à Imperatriz.

Referente à nossa educação escolar, eu e meu irmão, que era apenas um ano mais novo que eu, fomos matriculados numa escola pública próxima à nossa casa. A Escola se chama Delahê Fiquene. Fui matriculada na segunda série do Ensino Fundamental e meu irmão, Allain Dellon, na primeira série.

Foi novamente um momento muito conturbado da minha vida escolar muito devido à minha vida familiar. Na escola passamos por um período muito tenso de adaptação; tivemos que passar por muita coisa difícil sem deixar que nossos pais soubessem. Este foi um acordo que nós fizemos: não levaríamos mais problemas para nossos pais, pois eles já tinham muitos. Além disso, mesmo muito crianças ainda, fizemos uma “promessa”: assim que pudéssemos, iríamos trabalhar para ajudar financeiramente nossa família. À época eu tinha nove anos de idade e meu irmão, oito. Esse desejo de ajudar financeiramente nossos pais ficou guardado conosco e foi colocado em prática quando comecei a trabalhar com 16 anos de idade.

Esse processo de adaptação sobre o qual relato deve-se ao fato de que na escola tivemos que nos adequar à “nova cultura”, como por exemplo, na maneira de falar das outras pessoas, visto que, mesmo nascidos em Imperatriz, toda nossa vida até aquele momento foi em outro Estado, onde o sotaque era diferente. Como já se deve imaginar, nós éramos alvo das brincadeiras dos outros alunos por conta do

nosso jeito de falar. Recordo que muitas vezes, à noite, ficávamos treinando para perder nosso sotaque e aprender a falar como as outras pessoas. E deu certo! Aprendemos! Mas, até isso acontecer, entramos em muitas discussões com os colegas, fomos colocados de lado e choramos muito, mas, passamos por tudo isso, sem deixar nos afetar nos estudos. Nunca ficamos de recuperação ou reprovamos no ano, apesar de toda nossa dificuldade.

Vale ressaltar, no entanto, que esta é uma carga muito pesada para crianças terem que carregar. O trajeto escolar torna-se demasiadamente pesado, bem como a convivência familiar pois as crianças, inevitavelmente mudam seu comportamento ordinário sem, na grande maioria das vezes, informarem a seus familiares o que está gerando essa mudança, mesmo porque nem elas sabem como expressar habilmente o que estão sentindo ou passando.

Nessa Escola Delahê Fiquene vivenciei algumas novidades muito marcantes para mim. Dentre elas posso citar duas que me chamaram muita atenção. A primeira foi o fato de existir uma “permissão” interna ou administrativa, até hoje não sei definir muito bem, para que os professores usassem de violência física contra os alunos, como método de ensino. Por exemplo: ao aluno era exigido o estudo das operações básicas da tabuada e como método avaliativo o professor faria perguntas orais sobre essas operações e se o aluno errasse alguma resposta sofreria uma punição que se baseava em machucar a mão do aluno que errou com uma “palmatória”, uma espécie de régua de madeira que não tinha objetivo de medir nada, mas sim de bater nas mãos das crianças.

Essa punição podia ser aplicada quantas vezes o professor quisesse e pelo motivo que ele escolhesse, seja porque errou uma atividade, seja porque falou na hora inadequada, na opinião do professor, seja porque esqueceu um material de estudo; enfim, eu nunca entendi como isso era permitido. Mas, eu achava que isso era permitido pelos pais, visto que todos os professores faziam e nenhum pai reclamava. Porém, em um dado momento eu estava estudando com meu irmão e minha mãe quis participar conosco dos estudos. E nós gostamos muito da ideia. Sugerimos que ela nos fizesse a pergunta, mas com a condição de que ela não nos batesse se nós errássemos. Ela fez uma cara de estranheza e perguntou o que queríamos dizer, já que ela nunca havia nos batido. Foi quando explicamos para ela que na escola nós não podíamos errar porque senão seríamos punidos com palmatória, e, percebi naquele instante que meus pais não sabiam dessa conduta da escola. Ela nos

perguntou se nós já havíamos sofrido tal punição e nós respondemos que não, mas nossos colegas sim.

De maneira que ao saber da situação das punições, minha mãe foi conosco no dia seguinte à escola e nos levou até nossas respectivas salas e conversou com o professor de cada sala, deixando claro que não admitia nenhum tipo de punição que envolvesse qualquer tipo de violência física nos filhos dela e que se acontecesse alguma coisa que precisasse de uma intervenção mais concreta que fosse avisada para que ela mesma tomasse providências. Depois de conversar com os professores minha mãe foi até a secretaria para conversar com a diretora da escola, porém esta não aceitou o posicionamento da minha mãe justificando que isso tiraria a autoridade dos professores em sala de aula.

E neste momento, apresenta-se para mim outro aprendizado: a união das pessoas em prol de uma causa pode gerar mudanças reais e essas mudanças podem ser muito boas. Ponto esta descoberta pautada na repercussão da ação dos meus pais em torno da punição física praticada na escola.

Pouco tempo depois da ida de minha mãe à nossas salas de aula, houve uma reunião de pais e professores, na qual meus pais se fizeram presentes e aproveitaram a oportunidade para abordar o assunto das punições físicas proferidas pelos professores. Minha mãe nos conta que no momento em que ela abordou esse assunto sua fala foi endossada pela grande maioria dos pais presentes, que afirmaram inclusive, que já haviam feito denúncias contra a escola junto a secretaria de educação da cidade, visto que a diretora da escola não havia se disposto a resolver o problema. Além disso, outros problemas administrativos vinham ocorrendo com frequência na escola e não havia nenhuma iniciativa da direção em solucioná-los ou pelo menos dar satisfação aos pais sobre o que estava acontecendo.

Foi então que os pais dos alunos se uniram, fizeram manifestações na escola durante algumas semanas até que a Secretaria de Educação do município decidiu trocar a diretoria da Escola, e, neste momento, assume como diretora escolar a professora Iracema com um outro nível de profissional da educação. Diante desta mudança de coordenação, a Escola ganhou outros ares, um clima mais fácil de se trabalhar, estudar e brincar. Foram acontecendo reformas nas salas de aula e em toda a escola. Quanto a esse aspecto educacional as coisas melhoraram perceptivelmente. Nunca mais aconteceram eventos em que professores punissem fisicamente os alunos. A diretora não permitia. Portanto, o restante do período em que estudei nesta

Escola – até a oitava série do Ensino Fundamental, atual nono ano – foi tranquilo, sem acontecimentos extraordinários.

A professora Iracema, nova gestora, conseguiu estabelecer com os alunos uma relação de confiança e por isso nos sentíamos à vontade de conversar com ela sobre o que estávamos sentindo, sobre nossos medos, sobre nossos desejos, enfim, sobre qualquer assunto. Foi uma das profissionais da educação que mais me ensinaram a estar no ambiente escolar com afetividade e pertencimento e não somente como obrigatoriedade.

Adiante, iniciei o Ensino Médio, após passar em um seletivo para o Centro de Ensino Amaral Raposo. Esta era uma escola muito conceituada na rede pública e por esse motivo a procura por vagas era numerosa o que gerou a necessidade da realização de um seletivo para preenchimento das vagas.

Apesar da alegria de passar no seletivo almejado pelos meus pais, o primeiro ano do Ensino Médio configurou-se para mim como um novo desafio por diversos motivos, mas o principal, na época era o fato de que meu irmão não estaria comigo, visto que ele não havia terminado o Ensino Fundamental ainda. O cenário era que eu nunca fui de me “enturmar” em grupinhos na escola e isso gerou em mim o medo de ficar sozinha em um ambiente desconhecido.

Porém, mesmo com esse receio, essa nova jornada me reservava uma grata surpresa. Ainda que de maneira não tão contundente, o primeiro ano do Ensino Médio foi a retomada do meu interesse pela docência. Esta profissão que além de embelezar meu retorno à Educação Infantil, com a presença do professor José, e ainda suavizar meu Ensino Fundamental, pela professora Iracema. Estes dois professores, sobretudo, me fizeram perceber o quanto é marcante na vida do aluno a presença afetiva do professor.

Foi neste ano que conheci a professora Solange, de Língua Portuguesa, Literatura e Redação. Ela era simplesmente encantadora, inteligentíssima, muito delicada em suas atitudes, falava baixo, tão baixo que ministrava aula usando microfone. Era criteriosa ao extremo em suas avaliações e atentava até para a maneira com que se escreviam determinadas letras. Lembro como se fosse um acontecimento atual, o dia que ela me chamou delicadamente e me explicou o motivo pelo qual deveria se escrever a letra “d” com o traço fechado e não aberto como eu costumava fazer. Fiquei encantada com o carinho com que ela se dedicava a cada um na sala de aula, sabia o nome de cada um, tinha um olhar compreensivo, e ao

mesmo tempo motivador.

Foi ela quem notou que eu não estava me sentindo bem na sala e se preocupou com isso. Chamou-me para conversar e eu contei que sentia falta do meu irmão. Percebi que depois disso ela dedicou mais do seu tempo para mim e isso me ajudou demais a não me sentir tão sozinha durante este primeiro ano.

Sobre a postura assumida pela professora Solange pode-se citar Libâneo (1994, p. 250) que afirma:

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor.

Significa dizer que ser professor não se resume tão somente à transmissão de conteúdos didáticos; para cumprir adequadamente sua função de ensinar o ele precisa exercer a afetividade e o respeito pela história de cada aluno de maneira particular e não simplesmente de forma coletiva.

Diante desses fatos, durante o Ensino Médio, inspirada pela professora Solange, decidi que eu seria professora. Era essa a profissão que eu gostaria de seguir. Meus planos eram terminar o Ensino Médio e me preparar para prestar vestibular para a área da docência. No entanto, tive que começar a trabalhar ainda durante o segundo ano do Ensino Médio para ajudar em casa, pois a situação não estava fácil para meus pais. Comecei a trabalhar pela manhã e estudar à tarde. Assim segui até o primeiro semestre do terceiro ano, quando tive que transferir meu horário de aula para a noite para poder trabalhar o dia inteiro e, com isso conseguir ajudar mais ainda em casa.

Trabalhei nesse período como atendente em um estabelecimento comercial e devo aqui confessar que essa é uma situação que requer muito mais dedicação do estudante, visto que a nova rotina se torna muito cansativa e há uma redução no tempo disponível para os estudos.

Finalizei o Ensino Médio nessas condições e posso garantir que senti demais a diferença na qualidade da Educação, mesmo sendo na mesma Instituição. O turno vespertino apresentou-se muito mais produtivo do que o turno noturno. Devido a todo esse contexto, eu não prestei vestibular assim que terminei o Ensino Médio. Decidi estudar um pouco mais em casa e prestar vestibular um ano depois de ter terminado o Ensino Médio. Diante da dificuldade na reta final do Ensino Médio me propus a

estudar mais um ano em casa para reforçar os conteúdos e só então prestar vestibular, visto que não havia possibilidade de custear “cursinho pré-vestibular” naquele momento para tal finalidade, portanto, eu estudaria em casa.

Porém, as coisas não saíram como planejado. Meu pai e meu irmão sofreram um acidente automobilístico ainda quando meu irmão estava finalizando o terceiro ano do Ensino Médio. Meu pai sobreviveu, mas meu irmão não, infelizmente. E, eu não soube superar esta perda. Desisti. Fui tomada por uma tristeza imensurável que me machuca até hoje. E, não sei explicar o motivo pelo qual não consigo superar tal dor e nem irei me prolongar nessa fase, pois não sei como apresentá-la sem demonstrar o quanto ainda sou impactada com este acontecimento e quanto esse impacto me fere a ponto de me fazer estagnar.

Toda minha família ficou extremamente abalada. Meu pai passou meses de cadeira de rodas dependendo de nós para praticamente tudo que precisasse fazer. Ele quebrou os joelhos e o braço esquerdo. Além disso, ficou extremamente transtornado com a morte do meu irmão o que o deixara ainda mais debilitado. Como é de se imaginar, nesse período não consegui estudar. Somente trabalhava durante o dia e ajudava nos cuidados com meu pai durante a noite.

Mesmo depois da recuperação do meu pai, eu não quis mais estudar e decidi que iria somente trabalhar para continuar ajudando financeiramente minha família, sem, no entanto, traçar planos especificamente para meu futuro educacional. Tudo para mim se apresentava meio sem sentido de ser. Sempre faltaria algo, portanto não havia motivação para fazer nada além do que estava sendo feito.

Alguns anos depois, entretanto, no trabalho conheci uma pessoa que veio a se tornar meu amigo e algum tempo depois, namorado. Foi ele quem me motivou a voltar a estudar e prestar vestibular. E, assim o fiz. Estudei, prestei vestibular e passei para o Curso de Pedagogia - Universidade Federal do Maranhão Campus Imperatriz.

Foi uma das experiências de vida mais felizes que havia experimentado fazia muito tempo. Compreendo que esta alegria se deu pelo fato de que eu não acreditava mais em mim e não tinha esperanças de passar. E para além disso, ainda me parecia, à época, que eu não merecia tais resultados sem ter meu irmão, que tanto me apoiara, para compartilhar minhas vitórias. Com o apoio familiar, porém, consegui saborear esta vitória tão renascente para minha história.

Ao ingressar na Universidade, me deparei com uma estrutura educacional completamente diferente da que eu estava habituada, em referência aos Ensinos

Fundamental e Médio. A “cultura educacional”, se assim posso denominar, da Universidade apresentou-se para mim com ares de maturidade. Tinha cheiro de orgulho. Orgulho de ser a primeira pessoa da minha família a ingressar no nível superior, orgulho de poder conviver com tantos “iguais e tantos “diferentes”, orgulho de estar numa Federal, orgulho da possibilidade iminente de me tornar aquilo que sempre sonhei ser enquanto profissional, enfim, orgulho de conseguir voltar à “vida” tendo em vista que eu sentia ter morrido junto com meu irmão.

Fica registrado, na reflexão deste momento tão significativo, o quão importante é a educação em diversas esferas da vida da pessoa. Tal significado perpassa por possibilidade de superação de conflitos emocionais e pode ir até o desenvolvimento do senso crítico reflexivo adquirido de várias maneiras, dentre elas, nas inter-relações sociais, por intermédio de docentes e do acesso a fontes de conhecimento mais direcionadas.

Já com relação aos professores, como em toda instituição de educação, haviam muitos tipos de condutas profissionais. Alguns mais comprometidos com o processo de aprendizagem e outros que não demonstravam tanto comprometimento.

Neste caso, contudo, conviver com toda essa diversidade de posturas docentes foi uma experiência empírica de aprendizado. Estudar Pedagogia tendo a oportunidade de ver na prática o agir pedagógico de quem ensina é uma vivência riquíssima que a universidade proporciona através de docentes que orientam à reflexão. Estas pessoas mediam em mim o despertar de um olhar analítico da práxis docente, ainda enquanto aluna sem, no entanto, perder a noção da posição de cada um, evitando julgamentos que os colocassem em local superior ou inferior, mas entendendo que há uma história em cada sujeito que deve ser respeitada.

Segundo Paulo Freire (2003, p. 47):

O educando precisa assumir-se como tal, mas assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer o que quer conhecer em relação com o outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica re-conhecer.

Desta forma, entendemos que enquanto prática laboral, docentes podem estimular discentes a se identificarem como sujeitos capazes de analisar o contexto em que estão inseridos e se permitirem aprender com aqueles que dele fazem parte.

Neste ponto do meu lembrar, volto a inserir minha vida pessoal para justificar o rumo da minha vida acadêmica. Algum tempo depois de ter ingressado na universidade fiquei noiva e iniciei um processo de organização para este momento tão especial, ainda que tal fato não tivesse feito parte dos meus planos de vida antes deste relacionamento. Tudo corria bem. Entre trabalho, estudo e preparação para o casamento tudo era muito difícil, mas estava sendo possível desenvolver todas as áreas de maneira satisfatória. Eu me casaria antes de terminar a graduação, porém este evento não atrapalharia o transcorrer do curso. Um mês antes do casamento, contudo, meu noivo foi assassinado. Em um trágico incidente em que ele comemorava seu aniversário com amigos, foi baleado acidentalmente e não resistiu. Então, eu desmorenei completamente. Ainda consegui, algum tempo depois, voltar para estudar na UFMA, porém não mais como antes, e, por fim, abandonei o curso.

Alguns anos mais tarde, em um encontro casual com uma professora que havia me ensinado na Universidade, expliquei para ela como estava me sentindo e o motivo de não conseguir voltar a estudar. Ela, por sua vez, de maneira muito preocupada e solícita incentivou-me a buscar ajuda profissional, conselho que mesmo relutante, segui. Foi então, que descobri estar com depressão.

Determinar a causa da depressão é ainda algo muito debatido, porém de maneira genérica afirma-se:

Os acontecimentos traumáticos, adversos, da vida contribuem também para o aparecimento da depressão. Problemas familiares, o stress diário, ou não, a morte de alguém próximo, os estados de doença, uma crise financeira, conflitos prolongados, podem funcionar como precipitantes, ou facilitadores, de episódios depressivos. O estilo atitudinal da pessoa para lidar com os acontecimentos da vida, e conseqüentemente com os estados depressivos, podem também correlacionar-se com uma maior predisposição, ou manutenção, para estados depressivos (CHERPE, 2017, p. 4).

Compreendo, portanto, que o diagnóstico da depressão deve ser realizado por profissional especialista no assunto, visto que as causas podem apresentar-se de diversas formas e os sintomas podem ser confundidos com estados emocionais inerentes do ser humano. Por isso, atrevo-me a deixar nesta reflexão sobre esta fase da minha trajetória um relato que se apresentará como conselho: buscar ajuda profissional para transtornos psicológicos é essencial para uma vida saudável.

Jamais imaginei ter adquirido este distúrbio e mais uma vez uma docente me mostrou o caminho a seguir. Desde então passo por tratamento e confesso que leva

um tempo para que se perceba uma melhora deste quadro que pode levar o indivíduo a fazer escolhas extremamente perigosas, podendo pôr em risco a própria vida. Portanto, quanto antes for feito o diagnóstico melhores são os resultados do tratamento.

Retomando, então minha trajetória educacional, justificada que foi a interrupção da minha trajetória universitária, esclareço que esta escrita é minha tentativa de fechar este ciclo finalizando esta etapa da minha vida acadêmica, podendo assim talvez, prosseguir o meu caminhar rumo ao alcance da minha tão almejada formação docente.

De forma que o objeto de estudo a ser apresentado no próximo capítulo se justifica pelo fato de que em todo o decorrer da minha trajetória escolar e de vida sempre me intrigou o falar, e sobretudo o silenciar sobre o racismo.

Diante disto, e aguçada por meus estudos no Curso de Pedagogia, decidi adentrar em uma pesquisa profunda sobre o assunto e o resultado desta será apresentado no decorrer do meu trabalho de conclusão de curso.

2 CONCEITUANDO OS TERMOS DISCRIMINAÇÃO RACIAL, RACISMO E PRECONCEITO

A discriminação racial é um termo utilizado para apresentar negatividade direcionada a um indivíduo ou a um grupo particular de indivíduos devido a preconceitos a este imputados, mesmo não possuindo nenhum tipo de fundamentos que impulsiona tal comportamento. Apesar de mais comumente direcionado aos negros, o racismo não se restringe somente a este grupo de pessoas, mas também a outros como aos indígenas, por exemplo.

A trajetória da discriminação racial, por sua vez, teve início com as expedições pela América e África. Nesse período de exploração territorial e marítima, os europeus entabularam o interesse em escravizar os povos, dando-se início ao tráfico de escravizados em todo Oceano Atlântico entre os séculos XV e XIX. Para melhor compreender a trajetória sobre o surgimento da discriminação racial, convém destacar o que cita Turci (2012).

A expansão marítima e comercial europeia, a partir do século XV, mudou drasticamente a história da humanidade ao unir três continentes: a Europa, a África e a América (poderíamos considerar a Ásia também, mas essa é uma outra história). Em busca de enriquecimento, os europeus (os portugueses foram pioneiros), organizaram todo um aparato político, econômico e militar que lhes garantiu o controle sobre africanos e americanos

Com a afirmação de Turci, compreende-se que a exploração dos europeus a outros continentes a fim de acumular riqueza resultou em danos a espécie humana. E, em meio a esse processo, os portugueses obtiveram acesso ao mercado dos seres humanos, acontecia por meio de troca de mercadoria, isto é, os portugueses ofereciam produtos: tecidos, vinhos, cavalos, ferro, entre outros produtos, em troca de pessoas para serem escravizadas.

Para Turci (2012) as regiões que mais forneceram escravos para o tráfico atlântico foram: o Cabo da Guiné, chamado pelos portugueses de Costa dos Escravos, e os Reinos do Congo e de Angola (nesse reino os portugueses conseguiram fundar fortes no interior, chamados de presídios). Esta foi uma realidade extremamente desumana da diáspora do povo africano. Os africanos eram tratados com intensa crueldade. Segundo Munanga (2006, p. 39)

Os números não são precisos, mas estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças

africanos foram transportados para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica.

Segundo estimativa acima apresentada, além do número assustador de pessoas sendo traficadas para exercer trabalhos forçados e desumanos, longe de sua terra natal, de seus familiares, costumes e cultura, muitos morreram durante o transporte devido às condições sub-humanas as quais eram submetidos. Turci (2012) assim descreve parte da trajetória das pessoas capturadas para serem escravizadas:

No interior da África, os escravos capturados eram obrigados a andar por quilômetros, às vezes, por dias seguidos, vigiados de perto por homens armados. Nessas caravanas de escravos o sofrimento era muito grande: obrigados a andar em fila, atados uns aos outros pelo limbambo (correntes, ou madeiras, ou ferros que uniam os escravos pelo pescoço), com os pés sangrando, não recebiam alimentação suficiente e eram obrigados a carregar pesos. Tudo isso para aumentar o cansaço e diminuir as chances de rebelião e de fuga. Muitos desses prisioneiros morriam nessa travessia. Podia demorar meses esse processo de comercialização que ia do momento da captura dos escravos, passando pela de feira em feira no interior e a chegada nos portos de trato negreiro no oceano Atlântico, onde ficavam os navios estrangeiros.

Fica evidente que o sofrimento dos escravizados caracteriza-se como desumano. Ressalta-se que o capitalismo era fator determinante no fortalecimento desse comércio, e não somente os portugueses adquiriram fortunas com essas negociações de pessoas da África, também os navios da França, Holanda e até mesmo do Brasil ficavam atracado nos portos africanos, esperando a carga humana.

Em se tratando da escravidão no Brasil, tida como origem do racismo neste país, esta se deu por volta do século XVI até o século XIX com o desembarque de cerca de 4,8 milhões de pessoas escravizadas.

Faz-se importante, entretanto, fazer um adendo sobre a situação do indígena no Brasil diante da invasão dos portugueses. Referem-se a este contexto Albuquerque e Filho (2006, p. 40) quando afirma que:

Mas antes de investir maciçamente no tráfico africano, os colonos portugueses recorreram à exploração do trabalho dos povos indígenas que habitavam a costa brasileira. A escravidão foi um tipo de trabalho forçado também imposto às populações nativas. O índio escravizado era chamado de “negro da terra”, distinguindo-o assim do “negro da guiné”, como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII.

Como referido acima, os indígenas também foram atingidos pela ganância desumana e desenfreada dos portugueses e, portanto, foram expostos à escravidão, porém, em moldes diferentes dos escravizados africanos. Ainda segundo Albuquerque e Filho (2006, p. 40) “por volta da segunda metade do século XVI, a oferta de escravos indígenas começou a declinar e os africanos começaram a chegar em maior quantidade para substituí-los.” Entretanto, mesmo com esse declínio a escravidão dos indígenas perdurou até o século XIX em algumas colônias como se pode observar no discurso abaixo:

Mesmo assim, a escravidão indígena perdurou por muito tempo em várias regiões da colônia. Sem poder importar africanos em grande número, os colonos paulistas durante muito tempo se contentariam com a escravidão indígena. Foi o apresamento de índios que os empurrou para os sertões inexplorados e inóspitos. No Pará e no Maranhão o escravo indígena foi largamente utilizado até os últimos anos do século XVIII, quando o tráfico africano passou a suprir regularmente as duas capitânicas. No território que corresponde ao atual estado do Amazonas, onde se desenvolveu uma economia baseada na coleta de plantas nativas, as chamadas “drogas do sertão” (cacau, salsaparrilha, baunilha, etc.), a utilização do trabalho escravo indígena se estendeu até o século XIX (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 40-41).

Como referido acima, a escravidão dos indígenas estendeu-se por mais tempo em determinadas capitânicas que em outras, ainda assim, em termos gerais, foi consideravelmente prolongada, a escravidão indígena foi abolida em 1757, por meio do Marquês de Pombal.

A escravidão no Brasil perdurou por mais de três séculos, e foi este o último país do mundo a abolir a escravidão, como afirmam Albuquerque e Filho (2006, p. 65):

Por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida no Brasil ou exportada foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão-de-obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Eram também os responsáveis pela distribuição de alimentos, como vendedores ambulantes e quitandeiras que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras.

Como se pode observar, o escravizado esteve presente em praticamente todas as formas de serviço no Brasil durante todo o período escravista, apesar da maior concentração acontecer nas grandes lavouras.

O período de escravidão no Brasil teve seu declínio iniciado devido às pressões externas para o fim do tráfico de pessoas para a escravização. O tráfico negreiro foi proibido em 1850, a partir da Lei Eusébio de Queirós. Depois desta lei ganha força a luta pela abolição da escravatura marcada vigorosamente pelas oposições escravocratas que tentavam impedir este acontecimento.

Entretanto, mesmo diante da resistência dos escravistas a abolição foi ganhando corpo sendo apoiada exigida por diversas classes da sociedade, inclusive os próprios escravizados que organizaram diversos tipos de resistência, à base, no entanto, de muito sofrimento e muita morte das pessoas escravizadas; fugas, revoltas, criação de quilombos eram maneiras de resistência da população escravizada. Em 1888, por fim, foi promulgada a Lei Áurea, no dia 13 de maio.

Indiscutivelmente o Brasil foi se consolidando social, política e economicamente excluindo pretos e indígenas de qualquer tipo de direito e sofrendo as mais perversas desumanidades. E diante deste modelo de sociedade consolidou-se o racismo estrutural que tem seu legado fortemente perpetuado até os dias de hoje, como define Almeida (2006, p. 37):

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”.

Nota-se, portanto, que o racismo estrutural é profundamente vigente na sociedade brasileira e atravessa todas as esferas da vida social, na cultura, nas instituições, na política, no mercado de trabalho, na formação educacional. É o resultado secular de um país assentado em bases escravocratas, manipulado por dogmas racialistas e que não buscou integrar a população de ex-escravizados em seu sistema formal, relegando-os à marginalidade e culpabilizando-os pelas consequências nefastas desse abandono proposital. Pode parecer algo longínquo, mas a escravidão foi abolida há apenas 133 anos, e a desigualdade racial provocada por ela e pela transição incompleta para a liberdade, posto que não proporcionou meios para a autonomia, são perceptíveis no Brasil de hoje.

Dados como os do IBGE de 2014 que apontam que mesmo a população negra sendo mais da metade do grupo populacional brasileiro, ainda assim 65% da

população pobre e 70% da população extremamente pobre seja de pessoas negras, revelam as patologias sociais sequelas do racismo estrutural.

É extremamente importante, entretanto, expressar que este cenário pode e precisa ser modificado para que as pessoas discriminadas possam ter acesso a todas as estruturas da sociedade brasileira com equidade e justiça raciais:

Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2006, p. 37)

Chancelando a afirmativa de Almeida, é inegável a necessidade de penalizações a atos individuais de racismo, no entanto, somente esta atitude e outras ações isoladas não são suficientes para finalizar a estrutura racista enraizada na composição da sociedade brasileira. Para tanto faz-se necessário pensar e debater mudanças profundas nos cenários econômico, jurídico e político.

E, neste aspecto a escola é um ambiente propício para debates e outras ações que reforcem esta luta contra o racismo, uma vez que na escola as interações sociais podem ser intermediadas através de estratégia que provoquem a priorização do respeito à diversidade cultural.

De acordo com Munanga (2003) o racismo:

Seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que tem características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suporte das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Partindo deste conceito entende-se que o racismo existe como forma divisão de grupos de pessoas como superiores ou inferiores a outro grupo a depender de suas características físicas e que tem um dos grupos como referencial de padrão excelso.

Ainda segundo Munanga (2003) o racismo está relacionado a um comportamento, uma atitude de momento, que se expressa num sentimento de

rejeição ou desprezo pela pessoa que apresenta características raciais ou expressas em sua imagem traços de origem por meio da cultura e costumes.

O racismo é um comportamento humano que se faz presente na sociedade desde o início da história da humanidade e pode se apresentar distintas, no entanto interligadas como por exemplo a individual e a estrutural. O que pode ser chamado de ato individual de racismo são as ações discriminatórias cometidas por alguns indivíduos na sociedade podendo inclusive chegar a extremos como agressões físicas, destruição de bens, até assassinatos.

Já o racismo estrutural é a forma como as estruturas essencialmente pilares de uma sociedade nos moldes atuais agem com relação às pessoas racializadas. Segundo Almeida (2019) “a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica”. O racismo no Brasil se dá de um modo muito diferente de outros contextos, alicerçado em uma constante contradição. As pesquisas, histórias de vida conversas e vivências cotidianas revelam que ainda existe racismo em nosso país, mas o povo brasileiro de modo geral não aceita que tal realidade exista. (MUNANGA, 2003).

A maneira como se nega a existência do racismo no convívio social pode contribuir para o crescimento de tal atitude, pois ele continua agindo de maneira isolada e eficaz em alguns ambientes sociais, é preciso encontrar soluções que venham sanar esse problema enfrentado ao longo dos anos pelas pessoas estigmatizadas pela sociedade, como por exemplo, os afrodescendentes. Ressalta-se que somente o desejo da população não é suficiente para acabar com racismo ou qualquer tipo de preconceito existente em relação às diferenças étnicas e culturais de um povo.

Abordando então a definição de preconceito ressaltam-se as palavras de Almeida (2019):

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos.

Pode-se afirmar, desta forma, que preconceito é um termo usado para caracterizar um pré julgamento baseado em estereótipos imputados a uma pessoa ou a um grupo de pessoas consideradas, portanto, inferiores.

O preconceito é algo que não nasce conosco, nós o adquirimos com o convívio social com outras pessoas (MUNANGA, 2003). É o ato julgar o que ainda não se conhece, esse ato discriminatório apresenta distinção fundamental a inflexibilidade, pois é mantido de maneira firme, sem considerar os acontecimentos que o contrarie. A pessoa que apresenta atitudes preconceituosas se fecha para compartilhar conceitos e opiniões diversas, deixando de perceber o outro lado da situação, apresenta uma posição dogmática que a impede de ampliar seu conhecimento de uma forma mais profunda e contextualizada, a mesma perde a oportunidade de refletir sobre suas decisões.

Além disso, o ambiente social, escolar e familiar mostra a real posição de uma atitude preconceituosa: ninguém se assume como preconceituoso, geralmente as pessoas sempre contestam que não tem preconceito com a população negra. Porém o que pode ser presenciado no convívio social são atitudes racistas vezes explícitas vezes veladas como piadinha sobre a pessoas, famílias de pessoas brancas rotineiramente não querem que um negro faça parte da família como membro da mesma, ou seja, a população brasileira é inegavelmente preconceituosa, porém de maneira consciente ou inconsciente não assume essa posição.

Para Munanga (2010) “todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, e o círculo de amizade.” São estas esferas sociais, por exemplo, que perpetuam a ideia de que o brasileiro não é racista. Ainda na definição do professor Kabengele Munanga (2010):

Ecoa dentro de cada brasileiro uma voz muito forte que grita: “não somos racistas, os racistas são os outros”. Essa voz forte e poderosa é transmitida pela educação, essa educação que começa no lar, na família e que vai até na escola e outras esferas da sociedade brasileira.

Nota-se na afirmativa de Munanga que o contexto em que o indivíduo está inserido pode fazê-lo naturalizar o racismo a ponto de achar que este não existe. E, diante desta negativa fica mais difícil o combate a atitudes racistas, uma vez que quem as comete pode não se permitir refletir, o que impossibilita uma possível mudança de postura. Além disso, constata-se que alguns grupos sociais se fundamentam no

Etnocentrismo, que pode ser definido como a ação particular de entender outra etnia e tudo que a compõe como sendo inferior.

Por se tratar de estranhamento do comportamento do outro, é natural o indivíduo questionar as escolhas e decisões de um determinado grupo social por não ser o mesmo adotado pelo grupo ao qual pertence. Na intenção da promoção do debate e de mudança de atitude foi criada a Lei 10.639/2003 que busca através da educação mostrar a importância da diversidade no meio social, posto que a discriminação racial é um problema que precisa ser combatido em todos os ambientes.

Convém reafirmar que apesar das negativas, é inegável que a discriminação racial é uma problemática social no Brasil, pois apesar de 54% da população brasileira ser de afro descendentes (IBGE, 2014) esta é a parcela que ocupa o maior índice de negligência em todas as esferas da sociedade. Essa discriminação tem resultado em danos muitas vezes irreversíveis, dos quais os negros são as principais vítimas.

Portanto, a discriminação racial está vinculada ativamente ao desrespeito à diversidade, além de ferir o princípio da igualdade. É essencial, portanto, que novas medidas de intervenções possam ser acionadas para diminuir os efeitos negativos que o racismo ocasiona na sociedade. Contudo, para que isto ocorra, é primordial que as propostas de mudanças aconteçam em todos os ambientes sociais inclusive no ambiente escolar.

3 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA

A discriminação é um mal que tem feito da esfera social e sucessivamente tem adentrado na escola. E por ser uma situação inadmissível, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, possui temática que se denomina como pluralidade cultural para abordar sobre a diversidade cultural, dando ênfase relações sociais e a excludentes da prática racista no âmbito educacional.

A temática apresentada no PCNs é apresentar aos alunos às diversidades da população brasileira, correlacionando a importância do respeito e dos valores éticos, uma vez que, os conhecimentos promovem debates sobre as consequências da desigualdade social e discriminação, o que aumenta a probabilidade de diminuir as ocorrências da discriminação dentro da escola.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (BRASIL, 2001, p. 21).

Entendemos que trabalhar com os alunos a aceitação da diversidade é uma estratégia fundamental para diminuir os danos que a discriminação causa em todo contexto. Sendo que, não é somente os afrodescendentes que vivenciar essa problemática. A discriminação engloba diversas categorias de indivíduo, mas os negros são os principais agentes afetados, devido ser uma conduta que ultrapassa gerações, sendo um intercâmbio de cultura que recusa aceitar a igualdade, embora que a discriminação racial no Brasil se configura desde de 1988. Isso acaba refletindo em uma sociedade igualmente seletiva, cheia de preconceitos, seja ela entre brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, cristãos e muçulmanos entre outros.

A luta para garantir igualdade para todos tem sido intensa. E a Lei Federal nº 7.716/1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor define como crime qualquer atitude racista. Porém, poucos conhecem sobre seus direitos e

não sabem como reagir ao se deparar com atos discriminatórios ou preconceituosos, por esse motivo é de fundamental importância que o cidadão venha apropriar-se de tais conhecimentos para fazer valer seus direitos.

Nesta vertente, sabe-se que a discriminação racial indubitavelmente está presente no ambiente escolar e manifesta-se de diversas formas: piadas, apelidos, exclusão, etc. todo este cenário de crueldades inferioriza a pessoa negra e fere fortemente sua autoestima, podendo gerar consequências psicológica, emocional, social e moral.

Devido a discriminação fazer parte do cotidiano escolar, o Ministério da educação tem elaborado programas contra a desigualdade no âmbito educacional com o intuito de garantir a valorização e o respeito da diversidade étnico racial.

De acordo com o Art. 11 da LDB 9.394/96 o município está encarregado de promover e organizar órgãos do sistema de ensino, relacionando-os em planos e ações de políticas educacionais da União e dos estados. Assim, a responsabilidade do governo municipal é de programar dentro das instituições de ensino normas que venham ampliar abordagem sobre a discriminação e seus efeitos.

Já em 2003 foi sancionada a lei 10639/03 que altera a lei 9.394/96 e estabelece a obrigatoriedade do ensino da história da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, sendo esta uma das primeiras leis no século XXI aprovada na intenção de que possamos melhorar nossa concepção sobre os povos africanos e afro-brasileiros e reconhecer a importância de combater o racismo, preconceito e discriminação.

Porém, leis sozinhas não bastam, nessa luta o papel do docente é fundamental. O professor deve possuir informações, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade racial e social no país para contribuir e superação do preconceito e discriminação (BRASIL, 1997, p. 4)

Como afirmado acima, é essencial a intervenção do professor para que haja nas escolas ações que consolidem na prática a proposta da Lei 10639/2003. Pelo fato de que a discriminação e o preconceito podem ser abolidos do meio social no momento que todos os seres humanos passem a respeitar as diferenças culturais. Contudo, para eliminar o preconceito é necessário acontecer um processo de reeducação na sociedade, ações que podem ser implantadas na educação, na saúde e programas sociais que visam sanar a desigualdade existente no meio

social, ocasionar mudanças culturais nas relações sociais culturais, para superar a desvantagem e a desigualdade que desfavorece os discriminados.

A diversidade existente dentro da sala de aula é um dos maiores desafios que os educadores encontram, pois envolve diversas, costumes, crenças, valores, comportamentos e visão de mundo. Entretanto, não se pode negar que, na sala de aula encontra-se riqueza de conhecimentos diversos. E cada ser humano tem o seu modo de ser, de viver, de agir e de pensar, que pode ser visualizado no comportamento dos membros pertencentes.

A cultura de um povo não faz de seus membros mais ou menos importantes, pois o que é mais formidável é respeitar as diferenças do outro. Portanto no meio social o mais admirável é o ser humano respeitar as diferenças de cada um, pois são essas diferenças que faz do mundo um lugar repleto de saberes.

Neste sentido, os PCNs do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) na aba de Pluralidade Cultural afirma que:

O tema Pluralidade Cultural oferece aos alunos oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua autoestima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. Por meio do convívio escolar, possibilita conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure sua percepção de injustiças e manifestações de preconceito e discriminação que recaiam sobre si mesmo, ou que venha a testemunhar — e para que desenvolva atitudes de repúdio a essas práticas (BRASIL, 1997, p. 23).

Entendemos que o convívio escolar é uma forte oportunidade de reflexão sobre a diversidade cultural e esta oportunidade pode gerar conscientização sobre o respeito às diferenças. E, quando o professor adentra na sala de aula para atuar deve estar preparado para solucionar problemas que podem existir no cotidiano escolar referente à diversidade cultural, esses problemas surgem devido muitos alunos não saberem lidar com as diversidades dos colegas de sala, e quando o professor não tem preparo adequado torna a convivência mais complexa. Entretanto, muitos professores não se encontram preparados para agir no momento certo e na hora certa.

Diante das adversidades do século XXI cabe o professor consciente de sua função fazer da sala de aula um ambiente capaz de respeitar o outro independente da etnia, ou cor, pois todos tem direito de viver com dignidade. E para melhor garantir os

direitos iguais em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, citou (Art.1º) a seguinte declaração “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.”

Portanto, dentro do contexto escolar a equipe envolvida na educação deve buscar soluções na desconexão que persiste no convívio dos alunos, contudo, a discriminação racial é uma das maiores discordâncias entre os mesmos, ou seja, os alunos negros sofrem com mais frequência à discriminação por pertencer a um povo desvalorizado pelos antepassados. Por esse motivo, a Lei 10.639/2003 veio para reparar as consequências deixadas pelo passado.

Compreendemos que a discriminação ainda permanecer no convívio social, por isso faz-se necessário que o educador aborde este assunto de forma interdisciplinar com intuito de mostrar que existem valores em cada cultura e todos merecem ser respeitados.

Dessa forma, desenvolver um trabalho interdisciplinar é almejar algumas mudanças na rotina diária do processo educativo, estar disponível para compreender algumas rupturas que surgirão no desenvolvimento do processo de aprendizagem do qual está inserido. Em meio a esse processo educativo a socialização de experiências entre docentes é essencial para construção da proposta interdisciplinar, ou seja, no ambiente escolar a experiência precisa ser vista como fator de aprimoramento do desenvolvimento da ação pedagógica. E, o trabalho de forma globalizada traz inúmeras oportunidades para o desempenho de uma abordagem interdisciplinar e inclusiva para o avanço escolar, pois possibilita ao assunto ser abordado de maneira natural e prazerosa nas atividades escolares em sala de aula.

E, para aguçar a curiosidade dos alunos sobre a cultura do afro-brasileiro a interdisciplinaridade torna-se uma ferramenta fundamental no desenvolver do conhecimento pelo fato de que possibilita o conteúdo ser trabalhado de diversas formas, de modo a facilitar a compreensão diante da diversidade cultural.

A promulgação da Lei 10.639/2003 ocasionou um desafio dentro do processo educacional, contudo, são mudanças necessárias para que a escola alcance os objetivos traçados pelo Ministério da Educação. Vale ressaltar que com os objetivos alcançados, possibilitar-se aos indivíduos conhecer a cultura do afrodescendente como: valores, crenças e costumes, dentre outros.

O Brasil é um país multicultural e esse é um dos motivos pelo qual necessita ser explorado dentro da sala de aula, e o aluno como pertencente a essa nação

precisa ser conhecedor das culturas diversas que existem no seu país, e o professor por ser mediador do conhecimento necessita apropriar-se de conhecimentos históricos e explorar essa pluralidade cultural em atividades interdisciplinares.

É importante frisar que, para que as estratégias contra o racismo resultem em efeitos positivos dentro das escolas, é necessário a parceria da equipe pedagógica, gestores e secretários de educação. Na qual, juntos possam elaborar oficinas e seminários para trabalhar com os alunos, com ilustração de multimídias, palestras, debates entre outros métodos.

Neste aspecto, a Secretaria da Educação do Município e Estadual possuem uma parcela significativa na efetivação das estratégias contra o racismo dentro da escola, assim, devem preparar manuais e livros paradidáticos para ser distribuídos junto aos alunos. Esses documentos devem conter informações que venham relatar a diversidade e valorizar a especificidade das diferentes regiões e ambientes do qual faz parte, ou seja, o documento estabelece uma relação positiva no processo de aprendizagem das relações étnico-raciais facilitando a compreensão da Lei 10.639/2003 que vem abordar os direitos concedidos ao afro brasileiro na sociedade dos dias atuais.

Uma das grandes estratégias que pode ser usada pela escola é o livro didático. O livro didático é um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores na sala de aula e principalmente nas escolas públicas sendo, na maioria das vezes, um único recurso como forma de leitura para muitas crianças em que as famílias não podem comprar jornais nem revistas.

O livro didático tem uma importância muitas vezes negligenciadas de forma pretenciosa pelos detentores do poder. Porém, com afirma a professora doutora Mariléia Cruz (2011, p.44):

No contexto da cultura humana, os grupos de interesses específicos denunciam a falsa neutralidade com que se tenta tratar a seleção de conteúdos de ensino, privilegiando os interesses de grupos dominantes, subjugando e silenciando as vozes e os interesses dos grupos que não desfrutam de participação no poder político e econômico de determinadas sociedades.

Compreendemos na fala da autora que não existe neutralidade na escolha dos conteúdos a serem trabalhados no contexto escolar, apesar do mito dessa neutralidade. Portanto, este é um recurso que precisa alicerçar o trabalho interdisciplinar antirracista em sala de aula.

Todo projeto elaborado deve conter objetivo a alcançar, e nesse caso o principal foco é mostrar para os alunos a cultura e os valores da diversidade do povo, pois valorizando os mesmos, estará automaticamente valorizando a contribuição do afrodescendente para cultura do nosso país.

O educador ao atuar em sala de aula deve analisar os métodos e recursos didáticos que favorecerá a construção dos conhecimentos, pois os procedimentos didáticos são elementos fundamentais para o processo de aprendizagem, porém, de acordo com Lopes (2011) muitos educadores preocupam-se somente em elaborar conteúdo sem perceber que as estratégias pedagógicas devem estar aliadas para favorecer o aprendizado do aluno.

O que ensinar e a forma de ensinar são elementos que o educador necessita apropriar-se para transmitir o conhecimento, ou seja, no momento que educador elabora o conteúdo curricular proposto nos planos de aula, o mesmo deve analisar que estratégias serão utilizadas para que se obtenha um aprendizado significativo.

É indispensável também, levar em consideração as vozes dos estudantes; avaliar suas percepções e refletir sobre elas a fim de extrair das mesmas, fontes de temas e contextos que precisam ser trabalhados para melhor desenvolver o respeito étnico racial entre todos.

4 METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Alcançar os objetivos de uma pesquisa científica exige que o pesquisador tenha autonomia de averiguar os próprios interesses, sendo indispensável escolher métodos adequados aos desígnios traçados. Seguindo esse pressuposto o presente trabalho foi elaborado visando compreender o reflexo do preconceito racial no Ensino Fundamental numa escola pública de Imperatriz, Maranhão.

Convém destacar que o trabalho científico é constituído por meio de coleta de dados, formulando assim uma conjuntura de conhecimentos que permite o investigador tenha uma visão crítica e analítica sobre o objeto estudado, seguindo objetivos no interesse de encontrar respostas de lacunas que se entrelaçam com o tema em estudo.

É sabido que a pesquisa bibliográfica possui uma infinidade de conhecimento, por ser um conjunto de teoria de diversos autores, cujo os mesmos demonstram resultados de pesquisas já efetivadas. Por esse motivo, a aplicabilidade desse método foi indispensável na presente pesquisa por ter com características as seguintes particularidades, conforme cita Gil (2002, p.44).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Nota-se que a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de obra já publicada que abordam o tema em questão, certamente é uma diversidade de ideologia que enriquecem na construção do conhecimento. Além da pesquisa bibliográfica o trabalho adotará a investigação descritiva por ser um elemento essencial durante a pesquisa, por possibilitar uma análise fundamentada em caráter avaliativo.

Abordagem foi quali-quantitativa, devido o investigador ter coletados dados que permitiu análise e apresentado por meio da descrição. Segundo Gil (2002) na pesquisa qualitativa reduz a distância entre teoria e os dados. De fato, essa aproximação com os sujeitos informantes é necessária não só para obter resultados mais significantes, mas também, por estar frente a frente com a realidade.

As características gerais da pesquisa qualitativa são: foco na interpretação e não na quantificação; ênfase na subjetividade; o processo de pesquisa é flexível; maior interesse pelo processo do que pelos resultados; o

pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e também é influenciado por ela; é um método indutivo; a amostra é geralmente pequena; a análise dos dados é interpretativa e descritiva; os resultados são situacionais e limitados ao contexto (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 4).

A pesquisa quali-quantitativa permite o pesquisador ter uma visão palpáveis sobre o resultado alcançado, conseqüentemente é um mecanismo fundamental em todo processo investigativo.

A pesquisa campo também fez parte deste trabalho. O instrumento utilizado para tal foi a aplicação de uma entrevista de cunho compreensível, que segundo Kaufmann (2013, p. 08) “não é apenas uma técnica mas um método de trabalho diferenciado e com propósitos claros, visando a produção teórica a partir de dados. Foram incluídos na pesquisa uma amostragem oito alunos do Ensino Fundamental de uma Municipal em Imperatriz, os mesmos são de ambos os sexos. O método adotado para realização da pesquisa foi um roteiro de perguntas enviadas on-line para cada aluno, devido à ausências de encontros presenciais por conta da pandemia atual da COVID-19.

Análise dos dados foi feita com visão crítica e analítica sobre as respostas apresentadas pelos os participantes da pesquisa, na qual os resultados foram apresentados por meio de comentários.

O método qualitativo do qual se classifica essa pesquisa, buscar fazer uma análise além de interpretar detalhes significativos, investigar hábitos, atitudes, tendências e comportamentos. Para Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa de campo é usada com o objetivo de adquirir informações, conhecimentos acerca de um problema, no qual se investiga uma resposta, ou de uma hipótese que almeja comprovar, ou ainda encontrar novos fenômenos, e relações ente eles.

É por esse caminho que entrelaçamos nossa pesquisa. A pesquisa foi realizada Escola Municipal Paulo Freire com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, os participantes tem faixa etária entre 14 e 17 anos. A citada instituição é uma escola pública e faz parte da rede municipal de ensino, está situada no bairro Parque Amazonas, um dos bairros da periferia da cidade de Imperatriz, Maranhão. A cidade tem a economia baseada no comércio, setores de serviços, indústria e construção civil. A população estimada atualmente é de 260 mil pessoas segundo o IBGE.

A Escola Municipal Paulo Freire é uma instituição de ensino básico e oferece a comunidade turmas desde a Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental

nos turnos matutino e vespertino, atendendo alunos de uma das principais referências em Ensino Fundamental na região da chamada Grande Cafeteira. As pessoas que participaram da presente pesquisa 8 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. A princípio participariam da pesquisa alunos de todas as turmas do Ensino Fundamental, porém devido aos impasses ocasionados pela pandemia do novo Coronavírus, tornou-se inviável esta proposta, e por isso o alvo da pesquisa foi mudado para uma turma do 9º. Esta série foi escolhida por se perceber que esses alunos apesar de jovens já tem uma certa vivência de escola, e com isso já adquiriram uma caminhada significativa de vida estudantil.

Com a mudança no alvo da pesquisa, mudamos também pelo mesmo motivo, o método de aplicação da pesquisa que seria a realização da entrevista de maneira presencial, porém foi feita de maneira remota, com o auxílio da professora Rosilene Alves Simões, que atua como professora de Língua Portuguesa há mais de 20 anos e que enviou e recebeu o roteiro de entrevista para a turma em que atua na docência.

Para coleta de dados da pesquisa de campo elaboramos uma entrevista de onze perguntas objetivas e subjetivas (APÊNDICE I). Foi combinado com a professora Rosilene Alves Simões que a enviasse aos alunos. Os estudantes aceitaram participar da pesquisa, responderam em casa, e reenviaram para a professora de maneira remota.

No segundo momento fez-se a leitura e a transcrição das respostas do roteiro de entrevista, a partir disso foi necessária análise cuidadosa das respostas para buscar identificar a relação das respostas com o tema proposto na pesquisa e de que forma os estudantes tem relação com o racismo e a discriminação racial.

A investigação qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma de inspeção.

A análise é feita a partir do resultado das questões norteadoras. O que se busca demonstrar com os resultados obtidos é explicar o que se compreendeu nas respostas dos estudantes, partindo do referencial teórico adotado.

As primeiras informações obtidas dos participantes, tem a ver com o gênero, idade, por isso decidimos usar a denominação dos participantes por letras maiúsculas seguindo o alfabeto como de “A” seguindo até “H” a fim de manter o anonimato dos participantes, ainda que a maioria tenha de identificado como nome completo e demonstrou também a forma como deseja ser identificado na pesquisa, porém por se

tratar de menores de idade, considerou-se mais adequado guardar a privacidade dos nomes.

Quadro 1 – Dados de idade e gênero

PARTICIPANTE	GÊNERO	IDADE
A	Masculino	15
B	Feminino	17
C	Masculino	16
D	Feminino	16
E	Não se identificou	14
F	Masculino	16
G	Feminino	15
H	Feminino	15

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A primeira constatação no Quadro 1 é que a maioria dos participantes da pesquisa são do sexo feminino 62,5% (5 participantes) e 37,5% (3 participantes), do masculino. Se faz essa contagem de 5 participantes do gênero feminino visto que ainda que um participante tenha escolhido não se identificar através do nome, em suas respostas, tais como, “fiquei em choque e muito revoltada” ou respondendo a respeito de sua cor “parda” o uso do pronome feminino “a” ao final das afirmações demonstra que a participante se identifica com o gênero feminino.

A pesquisadora Hildete Pereira de Melo do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE) da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) destaca o aumento de mulheres escolarizadas em um ano em média em relação aos homens. Para a autora, o aumento da escolarização feminina tem o caráter de conquista:

A maior conquista das mulheres brasileiras terem conseguido se educar no século 20. Embora, a gente não tenha construído a igualdade, a gente conseguiu realmente uma vitória. Não houve política pública que facilitasse isso. Foram decisões pessoais das mulheres.

Referendando a fala da pesquisadora no que se refere ao Censo 1900 em que se constatou que as mulheres eram analfabetas e terminaram o século 20 mais escolarizadas do que os homens, os dados do questionário aplicado no 9º da Escola Municipal Paulo Freire constata essa grata tendência de aumento de escolarização

feminina. Os participantes têm a faixa etária, entre 14 e 17 anos, dos 8 a maioria tem entre 15 e 16 anos.

Uma das perguntas feitas no questionário aplicado aos alunos foi que cor ou etnia que os participantes se autodeclaram.

QUADRO 2 – Cor/etnia os participantes de declaram

Parda	5
Morena Clara	1
Branca	2

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Verificou-se no Quadro 2 que de oito estudantes participantes da pesquisa, cinco se autodeclaram pardos, um se autodeclaram morena clara e dois se autodeclaram brancos. Tal declaração tem a ver essencialmente com o conceito de que os estudantes ao serem instigados a olhar para si mesmos, escolhem livremente cores e etnias dos quais eles têm conhecimento, qual a cor ou etnia eles são.

Na questão a respeito de qual cor e etnia cada participante se reconhece, cinco se declaram pardos e um se declarou morena clara. Pudemos perceber aqui uma discrepância em relação ao perfil de alunos da rede pública de ensino. Normalmente quando se trata de ambiente de escola pública a maioria das pessoas é de condições socioeconômicas fragilizadas, normalmente são pessoas de bairros afastados dos centros das cidades, e devido a todo o contexto histórico já debatido no corpo deste trabalho, esse perfil é formado essencialmente por pessoas negras. Ainda assim, destacamos o fato de que nenhum dos participantes se autodeclarou negro.

O questionamento a respeito de cor e raça da comunidade escolar está em sintonia com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) que introduziu o quesito cor/raça nas perguntas do Censo Escolar desde 2005, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essa medida veio de encontro a reivindicações antigas de lideranças do Movimento Negro e instituições que tratam dos direitos das minorias.

Chamou a atenção o fato de nenhum dos participantes da pesquisa se autodeclarar negro. Entendemos que tem a ver com a construção do conceito previamente estigmatizado do que é ser negro no Brasil. O ser negro é historicamente concebido com um fenômeno negativo, documentos religiosos do tempo da

escavidão, por exemplo, dão conta de que a população negra era tipo como impura. A biologia dessa época cunhava o negro como uma natureza negativa. Essas eram as explicações que eram dadas a fim de justificar todo tipo de maus tratos, preconceito, discriminação, racismo culminando na escravidão, que no Brasil durou mais de 300 anos. Toda essa origem conceitual se perpetuou até os dias atuais e, deixa suas sequelas inclusive na autoconstrução da identidade da pessoa negra.

Também foi perguntado o que cada participante entende por preconceito racial. Todos os participantes da pesquisa responderam a esse questionamento. As respostas foram das mais variadas, desde: “Não muita coisa” onde o participante G, declara não saber muito a respeito do assunto, até respostas bem elaboradas e cheias de reflexão como a da participante D que diz: “preconceito racial é toda e qualquer forma de expressão que discrimina uma etnia ou cultura por considerá-la inferior ou menos capaz”.

Percebemos em outras falas como do participante A, que entende e tipifica o preconceito racial como crime: “julgar pessoas pela cor ou raça é crime”. A

Convém destacar também o entendimento sobre o preconceito racial dos participantes da pesquisa em manifestações aspectos físicos como se vê na fala do participante F, a saber: “É a pessoa que não gosta da outra, tipo não gosta da cor cabelo”. E, tivemos respostas mais simples e diretas que também apareceram na pesquisa como a do participante H: “entendo preconceito racial em que alguém é julgado pela sua raça”, ou como a do participante C, que entende como algo errado ser preconceituoso: “é errado ser preconceituoso com qualquer pessoa”.

O que se compreende a partir das respostas da pesquisa é que, as relações de preconceito e discriminação racial estão presentes na sociedade como um todo, inclusive na escola. Até mesmo nos livros didáticos o preconceito e a discriminação raciais podem ser registrados e reproduzidos. Faz-se necessário estruturar a escola para que ela esteja mais preparada enfrentar de maneira efetiva esse tipo de problemática.

Quando perguntado se existe racismo no Brasil, a maioria dos participantes da pesquisa afirmou existir racismo, com exceção de um participante. Também nessa questão sugerimos que comentassem sua resposta, alguns dos participantes relataram em seus comentários: “acho que o racismo existe em todo país, mas no Brasil tem muito mais infelizmente” (D) e, “por exemplo, em ações policiais contra negros” (H). A partir das respostas dadas fica evidente que os participantes mesmo

sendo crianças acreditam que o racismo existe no Brasil e apesar de falas de negação ou de tentativas incessantes de camuflar o preconceito e a discriminação raciais no país, é fácil enxergar o racismo no dia a dia da vida social brasileira. Ora ele é escancarado como nos massacres que acontecem frequentemente às pessoas negras; ora é silencioso e velado, como no olhar policial que pressupõe veementemente que pessoas negras são sempre suspeitas.

É revelador analisar as respostas dos participantes sobre terem presenciado ou não algum episódio de racismo na escola e qual foi o sentimento de cada um ao se deparar com a discriminação racial. Apesar de serem ainda jovens, infelizmente a resposta de alguns foi afirmativa. Uma das participantes relata, inclusive umas das facetas mais comuns do racismo que é ele travestido de “brincadeira”, ao comentar o episódio ela diz: “muitos dizem que é na pura brincadeira, mas não acho isso” (G).

Ainda que o racismo velado seja mais difícil de identificar a percepção de que está acontecendo ali um ato de discriminação racial fica evidente. Prova disso é o relato da reação da participante e se dizer chocada e imbuída de um sentimento de revolta: “fiquei em choque e muito revoltada” (E). Percebemos também atitudes de solidariedade das pessoas ao presenciarem atos de discriminação como na fala da participante que relata: “ajudei a pessoa que estava sofrendo racismo, fiquei triste com a ação do colega que estava praticando racismo” (H).

Faz-se necessário o entendimento de que somente a solidariedade ou as intenções da população não são suficientes para acabar com o racismo no Brasil. Para, além disso, a sociedade deve empreender esforços coletivos para melhorar suas oportunidades de melhoria de vida para a população negra. É imperativo uma disposição coletiva a se discutir temas como esse na escola e como isso produzir sinalizações adequadas para erradicar o racismo no ambiente escolar assim como da sociedade.

Referendando essa afirmativa, ao final da entrevista foi se perguntado: Em sua opinião, como a escola poderia intervir para impedir atos racistas, sobretudo no ambiente escolar? E, as respostas foram inspiradoras. Falas que apresentam força de reflexão foram ditas pelos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, participantes desta entrevista, palavras como “conscientizar”, “conversar”, “aprender”, “selecionar obras”, “prestar mais atenção” refletem claramente a tese dessa pesquisa. Além disso, reforça o entendimento de que, as pessoas de modo geral, estão contra o racismo e a discriminação racial e ainda se

posicionam fortemente no sentido de entender que ele tem que ser combatido dentro e fora da escola. “Conscientizar que racismo é crime e dá cadeia” (A); “Selecionar obras de autores negros e com personagens negros ou algo do tipo” (C); “Conversando com os alunos e com os pais.” E, “prestando mais atenção aos alunos e conversando sobre” (H). As respostas dos participantes deixam claro eles têm consciência da existência do racismo na escola, mas também demonstra certa reflexão sobre o que fazer para abolir práticas racistas no ambiente escolar.

Diante desta pesquisa percebemos que já há entre os alunos um determinado conhecimento sobre o racismo e que este conhecimento gerou opiniões críticas percebidas nas respostas da maioria dos entrevistados. Isso significa que o reflexo do racismo no ambiente escolar, em particular no Ensino Fundamental é existente entre os alunos, mas precisa ser melhor explorado para que a construção da consciência seja mais profunda e sólida, visto que uma educação discriminatória que reproduz desigualdades e preconceito, baixa a oportunidade de escolarização de uma parcela significativa da população brasileira, o negro colabora e sempre colaborou para a construção, sustentação e enriquecimento da sociedade como conhecemos, seja com sua cultura, suas crenças ou tradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou pesquisar e discutir um tema complexo, sensível, no entanto, extremamente pertinente à nossa sociedade: o racismo. Mesmo diante da complexidade do tema, faz-se extremamente importante a consciência da sociedade a respeito da discriminação racial existente, principalmente em um espaço como a escola, em que se fazem presentes, por diversas vezes, posturas conservadoras dos sujeitos que a compõem.

A doutrina racista que propaga e cultiva a ideia da soberania de um grupo de pessoas sobre outro está comprovadamente presente em distintos setores da sociedade, o que inclui inclusive espaços educacionais como é o ambiente escolar. Discutir a discriminação racial se faz uma atitude essencial para a mudança gradativa da mentalidade da sociedade como um todo, afim de superar preconceitos e combater atitudes discriminatórias.

Desta forma, como afirma Paulo Freire (2000, p. 67) “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, ou seja, a escola é indubitavelmente reflexo da sociedade, portanto, assim como o racismo está presente na sociedade, da mesma forma ele também nesta instituição, o que implica na necessidade de práticas pedagógicas que levem o aluno à reflexão crítica sobre este indispensável tema que desumaniza a vida de milhares de pessoas.

Compreendemos, ainda, que o racismo e a discriminação raciais estão presentes em todos os níveis da vida estudantil. As histórias de vida dos alunos, suas conversas e vivências cotidianas, revelam claramente como as crianças convivem com a racismo e discriminação racial durante toda a vida escolar.

Uma das conclusões a que se chega é a de que no Brasil temos uma sociedade multirracial, composta por inúmeras raças, cores e credos, mas que possui uma grande parcela de sua população que finge que o racismo, o preconceito e a discriminação simplesmente não existem. No entanto, atitudes discriminatórias e racistas afloram a todo momento dentro e fora da escola, ora de modo velado, ora escancarado, porém presentes diariamente na vida do povo negro.

Fica evidente também que a discriminação racial no Brasil ainda é um assunto que precisa ser discutido de maneira mais profunda no ambiente escolar, nos Estados e Municípios como orienta a LDB. Uma vez que as heranças históricas do período de

mais de 300 anos da escravidão repercutem na realidade social e econômica da população negra.

Diante disto, destacamos a importância de trabalhos acadêmicos com essa temática, como fonte de pesquisa e registro histórico. Materiais de estudo e pesquisa bem fundamentados com dados recentes e atualizados tornam-se fontes seguras de fundamentação teórica no sentido de possibilitar leituras da realidade, compor entendimentos do contexto histórico, além de propor desafios de superação do racismo no contexto escolar.

A pesquisa de campo que foi realizada através de uma entrevista a alunos do 9º do Ensino Fundamental alcançou o objetivo da investigação que seria a de ponderar os reflexos do racismo segundo a percepção dos alunos. Através desta entrevista os participantes apresentaram suas concepções sobre esta problemática atual e cruelmente vivenciada pela população negra.

Concluimos ademais, que somente o desejo da população não é suficiente para acabar com racismo e preconceito racial. Fazem-se necessárias provocações a respeito dos direitos do povo negro. Nesse sentido, confirmamos a importância da articulação de medidas pedagógicas que gerem nos alunos maior interesse reflexivo sobre a questão do racismo, além de despertar o entusiasmo sobre as mais diversas culturas, estimulando o desejo de conhecê-las, e com isso produzindo o respeito e a aceitação às diferenças étnicas e culturais, bem como o pertencimento étnico-racial.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, Wlamyra R. de. *Uma história do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Albuquerque, Wlamyra R. de: *Uma história do negro no Brasil*. Brasília 2006. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>> Acesso em: 16 de nov. de 2021.

Almeida, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. Pólen. São Paulo, 2019.

Alves, Cynthia Cristina de Souza: *O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas*. Guarabira. 2012 Disponível em: <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1338/1/PDF%20-%20Cynthia%20Cristina%20de%20Souza%20Alves.pdf>> Acesso em: 16 de nov. de 202.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF: MEC, 2004

BRASIL. *Alfabetização e Diversidade: Superando o Racismo na escola*. 2. ed. Munanga, Kabengele, organizador. Brasília: MEC; SECAD, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Acesso em: 16 de nov. de 2021.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: CULTURAL. Brasília: MEC; SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004

CARVALHO, Herli de Sousa. *No chão quilombola os rebentos narram suas percepções acerca da escola de infância da Comunidade Cajueiro I em Alcântara/MA*. Natal, RN, 2016. (Tese de Doutorado em Educação).

CHERPE, Sónia: *A Depressão é uma doença que se trata*. Atualização. mar. de 2017. Disponível em: <<https://www.adeb.pt/files/upload/guias/a-depressao-e-uma-doenca-que-se-trata.pdf>> Acesso em: 16 de nov. de 2021.

COSTA, Joaze Bernardino. TORRES, Nelson Maldonado. GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamentos afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Cruz, Mariléia dos Santos. *Pluralidade racial em livros didáticos: uma análise em conteúdos de história brasileira*. São Luís, MA: EDUFMA; Imperatriz, MA: Ética, 2011.

Freire, Paulo, 1921-1997: *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis* / organização Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Gil, Antônio Carlos: *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JANGO, Caroline F. *Aqui tem racismo: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola*. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. [Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio]. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

Lakatos, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Inclusão social um debate necessário? Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Tecnoblog. 2003. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>> Acesso em: 16 de nov. de 2021.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades*. Revista de Antropologia. vol. 33. 1990.

Munanga, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PEREIRA, Maria Irenilda: *A construção histórica do racismo no Brasil*. Belo horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/abolicao130anos/2018/05/11/noticia-abolicao130anos,957834/a-construcao-historica-do-racismo-no-brasil.shtml>> Acesso em: 13 de dez. de 2021.

Rezende, Milka de Oliveira. *Racismo no Brasil*. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/racismo-no-brasil.htm>> Acesso em: 16 de nov. de 2021.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. *O pensar educação em Paulo Freire para uma pedagogia de mudanças*, 2007.

SILVA, Daniel Neves *Limitações da Lei Áurea* Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/as-limitacoes-lei-aurea.htm>> Acesso em: 13 de dez. de 2021.

TURCI, Érica. *Tráfico de escravos: Mercadoria humana atravessa o Atlântico*. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/trafico-de-escravos-mercadoria-humana-atravesa-o-atlantico.htm>> Acesso em: 16 de nov. de 2021.

Turci, Érica: *Tráfico de escravos, mercadoria humana atravessa o Atlântico*. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/trafico-de-escravos-mercadoria-humana-atravesa-o-atlantico.htm>> Acesso em: 13 de dez. de 2021

APÊNDICE I: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Charlene de Fátima Gomes da Silva, estudante do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Maranhão, convido-o(a) a participar de pesquisa sobre Preconceito Racial na Escola, que tem como objetivo aquisição de dados para fundamentar o Trabalho de Conclusão de Curso.

A sua participação é voluntária, sendo sua colaboração muito importante para o andamento da pesquisa, que consiste em responder a este roteiro de perguntas.

Serão assegurados a você o anonimato, o sigilo das informações, a privacidade e todas as condições que lhe garantam a proteção à dignidade constitucionalmente assegurada. A utilização dos resultados da pesquisa será exclusiva para fins técnico-científicos. Os riscos na participação serão minimizados mediante a minha atuação como pesquisadora pela atenção e zelo no desenvolvimento dos trabalhos em assegurar ambiente seguro, confortável e de privacidade, evitando desconforto e constrangimento.

Por outro lado, se você concordar em participar na pesquisa estará contribuindo para o desenvolvimento da ciência nesta área. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será assegurada e mantida em absoluto sigilo.

Caso concorde em participar, em qualquer momento você poderá solicitar informações ou esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa, bem como desistir dela e não permitir a utilização de seus dados, sem prejuízo para você. Você não terá nenhum tipo de despesa e não receberá nenhuma gratificação pela participação na pesquisa.

CONSENTIMENTO:

Declaro ter recebido de Charlene de Fátima Gomes da Silva estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, as orientações sobre os objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização das informações que forneci somente para fins científicos, sendo que meu nome será mantido em sigilo. Aceito participar da pesquisa por meio da resposta a um roteiro de perguntas, bem como permito a utilização dos dados originados do mesmo. Estou ciente de que meus dados serão protegidos, e que poderei, a qualquer momento, interromper a minha participação,

sem nenhum prejuízo pessoal. Fui informado(a) que não terei nenhum tipo de despesa nem receberei nenhum pagamento ou gratificação pela minha participação. Declaro que minhas dúvidas foram esclarecidas suficientemente e concordo em participar voluntariamente das atividades da pesquisa.

Assinatura do(a) participante(a):

Data: _____ / _____ / _____

Pesquisadora: Charlene de Fátima Gomes da Silva

Assinatura:

Data: _____ / _____ / _____

Orientadora: Profa. Dra. Herli de Sousa Carvalho.

Assinatura: _____

Data: _____ / _____ / _____

APÊNDICE II: ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA CURSO DE PEDAGOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1** – Nome:
- 2** – Como você gostaria de ser chamado na exposição dos dados da pesquisa? (você tem a opção de usar outro nome que não seja o seu verdadeiro, caso queira).
- 3** – Idade:
- 4** – De qual cor/etnia você se declara?
- 5** – O que você entende por preconceito racial?
- 6** – Você acha que existe racismo no Brasil?
() Sim () Não Comente sua resposta:
- 7** – Você se considera uma pessoa racista:
() Sim () Não Comente sua resposta:
- 8** – Você já presenciou algum episódio de racismo no ambiente na sua escola?
() Sim () Não Explique como foi esse episódio:
- 9** – Caso sua resposta anterior tenha sido sim, qual foi sua reação ou que você sentiu ao presenciar o episódio acima relatado?
- 10** – Na sua opinião, como a escola poderia intervir para impedir atos racistas, sobretudo no ambiente escolar?
- 11** – Caso queira acrescentar alguma informação pertinente ao assunto sinta-se à vontade:

Pesquisadora: Charlene de Fátima Gomes da Silva
Orientadora: Profa. Dra. Herli de Sousa Carvalho.

Muito obrigada por colaborar com minha pesquisa!

APÊNDICE III: TABELA DE RESPOSTAS

<p>1 – Nome: A, B, C, D, E, F, G e H.</p>	<p>2 – Sexo: A – MAS B – FEM C – MAS D- FEM E – NÃO SE IDENTIFICOU F – MAS G- FEM H - FEM</p>
<p>2 – Como você gostaria de ser chamado na exposição dos dados da pesquisa? (Você tem a opção de usar outro nome que não seja o seu verdadeiro, caso queira).</p>	<p>Omita-se</p>
<p>3 – Idade:</p>	<p>A - 15 B - 17 C - 16 D - 16 E - 14 F - 16 G - 15 H - 15</p>
<p>4 – De qual cor/etnia você se declara?</p>	<p>A - Parda B - Morena Clara C - Parda D - Parda E - Parda F - Branca G - Parda H - Branca</p>
<p>5 – O que você entende por preconceito racial?</p>	<p>A - Julgar pessoas pela cor ou raça é crime B - Várias coisas tipo chama uma pessoa que ela não gosta é isso C - é errado ser preconceituoso com qualquer pessoa D - Preconceito racial é toda e qualquer forma de expressão que discrimina uma etnia ou cultura por considerá-la inferior ou menos capaz E - Não sei muito bem explicar, mas pra mim o preconceito vem daquilo que as não podem mudar e criticam, tipo a cor da pele F - É a pessoa que não gosta da outra tipo não gosta da cor cabelo G - Não muita coisa H - Entendo preconceito racial em que alguém é julgado pela sua raça</p>

<p>6 – Você acha que existe racismo no Brasil? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Comente sua resposta</p>	<p>A - SIM B - SIM C – SIM - Sim com certeza D – SIM - Acho que o racismo existe em todo país, mas no Brasil tem muito mais infelizmente E - SIM F - SIM G - SIM H - SIM - Por exemplo em ações policiais contra negros</p>
<p>7 - Você se considera uma pessoa racista: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Comente sua resposta:</p>	<p>A - NÃO B- NÃO C- NÃO - não mesmo D- NÃO - Seria totalmente desumano agir de uma forma racista só porque alguém tem a cor diferente da minha. E- NÃO F- SIM - tipo mais ou menos G- NÃO H- NÃO - Por que não pratico racismo acho errado</p>
<p>8 – Você já presenciou algum episódio de racismo no ambiente na sua escola? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Explique como foi esse episódio:</p>	<p>A- NÃO B - NÃO C – SIM - não só uma vez D - NÃO E- SIM F - SIM G – SIM - muitos diz que é na pura brincadeira, mais não acho H – SIM - foi injusto</p>

<p>9 – Caso sua resposta anterior tenha sido sim, qual foi sua reação ou que você sentiu ao presenciar o episódio acima relatado?</p>	<p>A - B - C- Ficou sem graça... E começou a rir D - E - Fiquei em choque e muito revoltada F - G- Não tive reação H - Ajudei a pessoa que estava sofrendo racismo, fiquei triste com a ação do colega que estava praticando racismo</p>
<p>10 – Na sua opinião, como a escola poderia intervir para impedir atos racistas, sobretudo no ambiente escolar?</p>	<p>A- Conscientizar que racismo é crime e da cadeia B- O racismo é uma coisa muito importante pra pessoa que faz racismo, essa pessoa tem que conversar é aprender C - Selecionar obras de autores negros e com personagens negros ou algo do tipo. D - Com regras e disciplina E - Conversando com os alunos e com os pais F - O racismo é uma coisa muito importante pra pessoa que faz racismo, essa pessoa tem que conversa e aprender G - Não sei muito como H - Prestando mais atenção aos alunos e conversando sobre</p>
<p>11 – Caso queira acrescentar alguma informação pertinente ao assunto sinta-se à vontade:</p>	